Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Documentação
Serviço de Jurisprudência e Divulgação
Setor de Divulgação

14/2010

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

RECURSOS ORDINÁRIOS - 1. DO AUTOR - INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA. DESPESAS DE TRATAMENTO. A satisfação devida em caso de lesão ou outra ofensa à saúde está disciplinada no art. 949 do CC, que prevê igualmente a indenização das despesas médico-hospitalares. Assim, perante a notória necessidade de acompanhamento médico e da ingestão contínua de medicamentos, acresce-se à condenação o ressarcimento por despesas de tratamento. Recurso parcialmente provido. 2. RECURSO DA RECLAMADA - CERCEAMENTO DE DEFESA. Não há falar-se em cerceamento do direito de defesa pelo indeferimento da realização de perícia no local de trabalho desativado quando foi a própria reclamada que tornou impossível a diligência. A insistência em induzir o Juízo a erro aproxima a litigante da má-fé ao invocar maliciosamente um princípio constitucional para se beneficiar da própria torpeza. Preliminar rejeitada. DOENÇA PROFISSIONAL. NEXO CAUSAL. O fato de não ter sido avaliada a presença de uma então incipiente asbestose no exame médico admissional é fator indicativo de que a enfermidade não constituía, à época, impedimento para a contratação. De qualquer modo, nesta ação apurou-se pericialmente ser o reclamante portador de asma ocupacional, achado cuja etiologia com a atividade desempenhada na ré ficou cientificamente estabelecida. Do ponto de vista legal, ainda que a enfermidade não tenha sido produzida na constância do contrato, basta que tenha sido desencadeada em seu curso para que o enquadramento como acidente de trabalho seja possível. Inteligência do art. 20, I, da Lei nº 8.213/91. Recurso desprovido. (TRT/SP - 02647200650102006 - RO - Ac. 4ªT [20100143207](#) - Rel. Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva - DOE 12/03/2010)

COMPETÊNCIA

Servidor público (em geral)

RELAÇÃO DE EMPREGO ENTRE PODER PÚBLICO E SERVIDORES CONTRATADOS EM REGIME TEMPORÁRIO POR MEIO DE LEI ESPECIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. RELAÇÃO DE CARÁTER JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF, é a Justiça Comum (Federal ou Estadual), e não a Justiça do Trabalho, a competente para apreciar e julgar causas que envolvam relação de emprego entre o Poder Público e os servidores contratados em regime temporário, por meio de lei especial, dado o caráter jurídico-administrativo, e não de direito do trabalho, desse tipo de contratação. (TRT/SP - 00916200630302006 - RO - Ac. 3ªT [20100179090](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 19/03/2010)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS

Cabimento e prazo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO SOBRE DESPACHO. RELATIVIZAÇÃO DA CLÁUSULA DE IRRECORRIBILIDADE PREVISTA NO ARTIGO 504 DO CPC. A cláusula de irrecorribilidade dos despachos prevista no art. 504 do CPC tem sofrido relativização, pois o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV, CF) extrapola a simples garantia de acesso ao Judiciário. Assim, a decisão, mesma que proferida através de despacho, quando estiver destituída de clareza, lógica e plenitude, não configura a entrega da prestação jurisdicional e, portanto, ensejará a oposição de embargos de declaração. (TRT/SP - 02999200006802003 - AIAP - Ac. 3ªT [20100179120](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 19/03/2010)

Procedimento

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. Os embargos de declaração não são cabíveis para fins de prequestionamento, visando a alcançar a instância superior, quando não estão presentes os vícios autorizadores do cabimento desse remédio processual. Embargos do autor rejeitados. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RAZÕES DE DECIDIR FUNDAMENTADAS. A interposição de embargos de declaração, sem a presença dos requisitos do artigo 535 do CPC, evidencia o inconformismo com o que ficou decidido, em desarmonia com a finalidade integradora dos embargos de declaração e configura o intuito protelatório, atraindo a aplicação da multa do artigo 538, parágrafo único, do CPC, como forma de punir o uso abusivo dos embargos. Embargos do reclamado desprovidos. (TRT/SP - 02938200503602006 - RO - Ac. 8ªT [20100202440](#) - Rel. SILVIA ALMEIDA PRADO - DOE 19/03/2010)

EMPRESA (CONSÓRCIO)

Solidariedade

1. SOLIDARIEDADE DECORRENTE DE FRAUDE. DEPÓSITO RECURSAL EFETUADO APENAS POR UMA DAS RECORRENTES. DESERÇÃO. A Súmula 128, III, do C.TST deve ser aplicada tão-somente em condenações solidárias decorrentes da conformação regular de grupo econômico entre empresas, que assumem esta configuração com transparência no mercado financeiro e laboral, bem como assumem suas responsabilidades legais decorrentes da formação do grupo econômico. Com efeito, sabe-se ser indevida a oneração das empresas legalmente consorciadas, já que o depósito recursal provém do patrimônio comum ao grupo, não se justificando o duplo desembolso. Tal exegese, todavia, não se pode aplicar aos casos em que o consórcio entre as empresas é ilegal, associando-se pessoas jurídicas distintas com a finalidade de burlar a lei ou ocultando a conformação de grupo econômico, de forma fraudulenta, no intuito de fugir ao cumprimento de suas responsabilidades legais. Aplicar a Súmula 128, III, do C.TST, nessas hipóteses, implicaria promover injusto beneficiamento processual de empresas que agem de forma ilegal, fraudando a legislação trabalhista e os direitos dos trabalhadores, facultando-lhes apelar da sentença sem a indispensável garantia do Juízo. Não sendo a associação entre as empresas resultante de legal conformação de grupo econômico, equipara-se ao conluio para prática de crimes (*societas sceleris*), que não pode atrair o benefício contido no verbete sumulado, de que são destinatários tão-somente os legítimos grupos econômicos, que se constituem e atuam em conformidade com a lei. Ainda que se

admitisse essa possibilidade, referida Súmula 118, III, do C.TST traça orientação no sentido de que somente o depósito recursal realizado por uma das empresas que não pede sua exclusão da lide, beneficia a outra solidariamente condenada, hipótese não constatada nos autos, em que a 1ª reclamada nega a existência de vínculo empregatício, além de contestar a própria existência de grupo econômico com as demais rés, que pretendem se eximir do recolhimento do depósito recursal. Por fim, impõe-se o regular recolhimento das custas processuais por cada qual das recorrentes, o que também não foi observado na presente caso, tornando deserto o apelo das demais reclamadas, sob qualquer óptica. 2. MATÉRIA DE DIREITO OMITIDA NA ORIGEM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPORTUNAMENTE OFERECIDOS. RECUSA À APRECIÇÃO. EXAME DA PRETENSÃO PELA TURMA DO REGIONAL. POSSIBILIDADE. A recusa do Juízo de origem em sanar a omissão não pode prejudicar a parte que oportunamente ofereceu embargos de declaração com vistas a completar a prestação jurisdicional. Oferecidos embargos não devidamente apreciados na origem, e tratando-se de questão madura que demanda apenas a aplicação do direito, não há óbice à sua apreciação em sede recursal, com esteio analógico no item 3, da Súmula nº 297, do C. TST, e aplicação do artigo 515, parágrafo 3º do CPC. Recurso provido. (TRT/SP - 00847200802102000 - RO - Ac. 4ªT [20100085827](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 26/02/2010)

ENTIDADES ESTATAIS

Privilégios. Em geral

São aplicáveis, nas condenações impostas à Fazenda Pública, os juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, conforme determina o art. 1º - F da Lei nº 9.494, de 10.09.1997, alterado pela lei 11.960/09 e de constitucionalidade reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (RE nº 453740, relatoria do Exmo. Ministro Gilmar Mendes), provocando a manifestação do Plenário do C. Tribunal Superior do Trabalho, que aprovou a Orientação Jurisprudencial nº 07 do Tribunal Pleno do C. Tribunal Superior do Trabalho. (TRT/SP - 00539200701102006 - RO - Ac. 12ªT [20100154276](#) - Rel. BENEDITO VALENTINI - DOE 19/03/2010)

EXECUÇÃO

Bens do sócio

AGRAVO DE PETIÇÃO EM EMBARGOS DE TERCEIRO. AVERBAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL NA JUNTA COMERCIAL. RESPONSABILIDADE DE EX-SÓCIO. A alteração do contrato social produz efeitos jurídicos apenas entre os sócios, e somente erga omnes quando de sua averbação perante a Junta Comercial. Nesse diapasão, deve o ex-sócio responder com seus bens, quando providenciou a averbação de sua retirada do quadro societário perante a JUCESP em data posterior à admissão do obreiro pela executada. Ou seja, ainda que a saída do agravado tenha ocorrido antes do ajuizamento da ação, perfeitamente possível a sua responsabilização, eis que o mesmo integrou os quadros da executada no curso do pacto laboral, mesmo que por um curto lapso de tempo, mormente pelo fato de não se localizarem bens da ré, suficientes à satisfação da execução trabalhista, num processo que se arrasta há mais de 10 anos. Agravo de petição ao qual se dá provimento. (TRT/SP - 01405200904902007 - AP - Ac. 4ªT [20100143134](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAÚJO VAZ DA SILVA - DOE 12/03/2010)

Depósito

RESPONSABILIDADE DO EXECUTADO - RECOMPOSIÇÃO DE CRÉDITO - DEFASAGEM CAUSADA PELA DEMORA NA SOLUÇÃO PROCESSUAL - RECURSOS INTERPOSTOS PELO DEVEDOR NÃO PROVIDOS. O crédito deve ser quitado na medida exata em que devido e reconhecido pela sentença trânsita, sob pena de ofensa ao artigo 879, parágrafo 1º, da CLT. O artigo 9º, parágrafo 4º, da referida Lei 6830/80 não pode ser aplicado ao Processo do Trabalho, pois o depósito realizado na forma do artigo 32 da mesma lei prevê o reajustamento do valor segundo os índices estabelecidos para os débitos tributários federais, não ocorrendo defasagem entre o valor real da dívida e o valor depositado, como ocorre na seara trabalhista, em que os índices são superiores, gerando a diminuição da garantia da execução. Se a demora é causada em razão de recursos interpostos pelo devedor, não providos, a responsabilidade pela recomposição do crédito se faz presente, já que o direito de defesa não pode ser utilizado indevida e abusivamente, até mesmo porque as garantias constitucionais do direito à ampla defesa e ao contraditório devem ser conjugadas com o princípio da razoável duração do processo, na forma do artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal. (TRT/SP - 01061199902502003 - AP - Ac. 4ªT [20100131462](#) - Rel. PAULO AUGUSTO CAMARA - DOE 12/03/2010)

Legitimação passiva. Em geral

DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PARTE QUE NÃO PARTICIPOU DA AVENÇA. A agravante foi condenada de forma subsidiária pelos créditos trabalhistas postulados. Teve conhecimento do acordo pactuado entre o reclamante e a 1ª reclamada, eis que foi notificada da decisão homologatória do acordo (fls.157), sem que manifestasse qualquer inconformismo ou desacordo. Somente com o inadimplemento do acordo vem a agravante requerer sua exclusão da lide. Incabível a pretensão da agravante, eis que a condenação subsidiária tem o DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA PARTE QUE NÃO PARTICIPOU DA AVENÇA. A agravante foi condenada de forma subsidiária pelos créditos trabalhistas postulados. Teve conhecimento do acordo pactuado entre o reclamante e a 1ª reclamada, eis que foi notificada da decisão homologatória do acordo (fls.157), sem que manifestasse qualquer inconformismo ou desacordo. Somente com o inadimplemento do acordo vem a agravante requerer sua exclusão da lide. Incabível a pretensão da agravante, eis que a condenação subsidiária tem o objetivo de garantir a execução, de forma que sua exclusão do pólo passivo da demanda só é possível se for requerida de forma expressa e homologada pelo Juízo. A formalidade não foi observada, devendo a agravante permanecer no pólo passivo da demanda, para responder de forma subsidiária pelos créditos devidos ao autor, conforme determinou a sentença de fls. 115/116. (TRT/SP - 01232200536102001 - AP - Ac. 4ªT [20100084898](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 26/02/2010)

FALÊNCIA

Créditos e preferência

FALÊNCIA. TERCEIRIZAÇÃO. POSSIBILIDADE DE EXECUTAR OS CRÉDITOS CONTRA O DEVEDOR SUBSIDIÁRIO, ANTES DA HABILITAÇÃO. Não é razoável exigir do trabalhador a prévia habilitação do crédito na esfera falimentar, enfrentando delongas na satisfação de crédito de natureza alimentar, quando a empresa tomadora de seus serviços tem condições de solver o débito. Ressalte-se

que a terceirização dos serviços é uma opção da empresa, que poderia ter contratado diretamente tais trabalhadores, que contariam assim, com a recepção regular de seus direitos. Por tais motivos, a Súmula 331 do C.TST consagra o entendimento de que é obrigação da tomadora assumir o pagamento dos valores trabalhistas devidos nas hipóteses de insolvência do empregador, que, à toda evidência, inclui os casos de falência. Certamente a quebra constitui prova cabal da incapacidade da contratante de solver o crédito do obreiro, circunstância suficiente a autorizar que a execução se direcione contra a devedora subsidiária, antes da habilitação do crédito no Juízo Falimentar, para que não se onere ainda mais o trabalhador com a submissão de seus haveres a procedimento moroso e de resultado incerto, em face do concurso de credores e dos limites legais ao crédito trabalhista. Agravo parcialmente provido. (TRT/SP - 00047200705702008 - AP - Ac. 4ªT [20100173491](#) - Rel. CELITA CARMEN CORSO - DOE 19/03/2010)

Recuperação Judicial

HOMOLOGAÇÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL NO CURSO DA LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA - HABILITAÇÃO DO CRÉDITO NO JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA - IMPOSSIBILIDADE DE NOVA PENHORA. O instituto jurídico da Recuperação Judicial foi alçado ao mesmo patamar de relevância do instituto jurídico da Falência, tendo em vista o escopo definido no artigo 47, da Lei nº 11.101/2005. Com efeito, as ações trabalhistas prosseguem no Juízo Trabalhista até a apuração final dos créditos líquidos, tudo na forma dos artigos 6º, parágrafos 1º, 2º e 5º, 49, parágrafo 4º e 52, inciso III, da Lei nº 11.101/2005. Todavia, isto não implica quebra da igualdade da preferência, entre credores que gozam do mesmo grau de privilégio legal, razão pela qual não se justifica a constrição de bens para garantir o crédito de apenas alguns deles, já que pode haver inúmeros credores trabalhistas. O Direito não ampara o benefício de um, ou de alguns, em detrimento de outros. (TRT/SP - 00575200735102003 - AP - Ac. 4ªT [20100131519](#) - Rel. PAULO AUGUSTO CAMARA - DOE 12/03/2010)

HONORÁRIOS

Advogado

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. JUSTIÇA DO TRABALHO. CABIMENTO. Os princípios do acesso à Justiça, da ampla defesa e do contraditório (artigo 5º, incisos XXXV e LV da Constituição Federal) pressupõem a defesa técnica do trabalhador, por profissional qualificado, não sendo possível restringir o direito do mesmo em optar pela nomeação de advogado particular, nos termos do art. 133 da Carta Magna. Em que pese a inaplicabilidade do princípio da sucumbência e a possibilidade do jus postulandi no Processo do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios tem amparo no princípio da restituição integral, expresso nos artigos 389, 404 e 944 do Código Civil. Além disso, a Lei 10.288/2001 revogou o art. 14 da Lei 5584/70, não havendo óbice legal para a condenação em honorários advocatícios, nos casos em que o reclamante não estiver assistido pelo sindicato, nos termos da Lei 10.537/2002, que acrescentou o parágrafo 3º ao art. 790 da CLT. o 3º ao art. 790 da CLT. (TRT/SP - 02213200706002003 - RO - Ac. 4ªT [20100142294](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 12/03/2010)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (ADICIONAL)

Cálculo. Insalubridade. Base: mínimo geral ou profissional

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ÍNDICE INFERIOR AO LEGAL. PACTUAÇÃO EM INSTRUMENTO NORMATIVO. VALIDADE. A Constituição Federal de 1988 trouxe à ordem jurídica trabalhista brasileira maior possibilidade de flexibilização, permitindo, inclusive, a redução salarial, desde que por intermédio da negociação coletiva, como dispõe expressamente o artigo 7º, em seu inciso VI. O artigo 195, parágrafo 1º, da CLT, por sua vez, já permitia ao sindicato intentar reclamatória visando à apuração da condição perigosa ou insalubre em ambiente de trabalho. A conjunção dos dispositivos legais em tela e a natureza salarial do adicional de periculosidade revelam a possibilidade de a empresa e o sindicato dos trabalhadores pactuarem o pagamento do referido adicional de forma parcial, considerando os parâmetros estabelecidos na transação havida. Válidos, portanto, os termos do acordo firmado em dissídio coletivo, onde restou estipulado que o percentual a ser aplicado seria 22,5%. (TRT/SP - 01063200444102002 - RO - Ac. 3ªT [20100179082](#) - Rel. MÉRCIA TOMAZINHO - DOE 19/03/2010)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Enquadramento oficial. Requisito

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. O Juiz não está adstrito às conclusões periciais. Esta prova é um meio elucidativo, cabendo ao MM. Julgador proferir a decisão, adotando o que satisfizer o seu convencimento. Desta forma, decidir com base no exame pericial é a regra, sendo exceção a suarejeição, fato que só ocorre quando há outras provas contrárias e mais convincentes. Ademais, não é tarefa do Magistrado conhecer de questões estritamente técnicas que impõem a percepção própria do perito. "In casu", o louvado traduziu as reais condições de trabalho da obreira, no exercício da função de agente de serviços passageiros, ressaltando que ela não ficava exposta a ruídos acima dos limites de tolerância estabelecidos no item 6, do Anexo 1 da NR-15 da Portaria 3214/1978, concluindo, ao final, pela inexistência de labor em condições insalubres. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. No âmbito trabalhista - o pagamento de qualquer indenização se justifica quando o empregado é privado do trabalho por uma doença que lhe traga danos materiais consistentes na incapacidade laboral, com conseqüente redução no seu ganho pecuniário que isso lhe acarreta. Ainda, em se tratando de ação de indenização por danos materiais e morais, fundada em doença profissional, a responsabilização da ré, em face da ocorrência de dolo ou culpa grave por parte dela, teria que ser provada, bem assim, a efetiva incapacidade laborativa da reclamante. Na hipótese, não provado de forma absoluta o nexo causal entre uma possível doença que tenha acometido a obreira e suas atividades na reclamada, têm-se por inaplicáveis os artigos 186 e 950 do Código Civil. JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS PERICIAIS. Coincidindo a pretensão recursal com os termos deferidos na decisão de 1º grau, carece(necessidade + utilidade) a parte de interesse para recorrer. REFLEXOS DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. A base de cálculo para o pagamento do adicional de periculosidade é mensal, tornando incompatível o seu reflexo sobre o repouso semanal remunerado, pois repercutir, novamente, o seu valor, nesses dias, seria incorrer em "bis in idem". (TRT/SP - 00606200431402003 - RO - Ac. 2ªT [20100174420](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 16/03/2010)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Geral

HORAS EXTRAS INTERVALO PARA REFEIÇÃO. A redução do intervalo para período de refeição e descanso somente poderia ser procedido, à época, por ato administrativo, oriundo do Ministério do Trabalho, consoante se infere da redação contida no art. 71, parágrafo 3º, da CLT, com redação dada pelo DL nº 229/67, sendo inválida, destarte, a cláusula convencional que reduz direito referente a higiene e segurança do trabalho. Nesta esteira, aliás, é o entendimento consubstanciado na OJ nº 342, da SDI-1 do C.TST. Assim sendo, não há que se falar em violação à disposição contida no art.7º, XXVI da Carta Magna, porquanto a disposição contida no art. 71, parágrafo 3º da CLT não permite a ilação e no sentido de que as normas de higiene e segurança do trabalho sejam passíveis de supressão ou redução. **INDENIZAÇÃO ADICIONAL E DIFERENÇAS DAS VERBAS RESCISÓRIAS - REAJUSTE NORMATIVO.** Sendo a data-base do reclamante o dia 1º de maio e tendo sido dispensado em 29/04/04, o seu contrato de trabalho teve o termo final, obviamente, projetado para depois da data-base da categoria (29/05/04), eis que o aviso-prévio indenizado é computável para efeito de pagamento da indenização adicional. Nesse sentido, a Súmula nº 182 do C. TST. **HORAS IN ITINERE. TRAJETO EXTERNO.** É público e notório que o local onde se encontra instalada a empresa-ré é servido por transporte público regular. O fato da recorrida ter frota de ônibus destinada, especificamente, ao transporte de seus empregados, não implica que o local seja de difícil acesso, posto ser mera liberalidade da empresa. (TRT/SP - 00259200625302005 - RO - Ac. 2ªT [20100086700](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 26/02/2010)

PERÍCIA

Perito

RECURSO ORDINÁRIO. DOENÇA DO TRABALHO. LAUDO PERICIAL. NULIDADE. Impõe-se a anulação de laudo que, na apuração de DORT, deixa de questionar as alterações ergonômicas por que passou o local periciado, limitando-se a se reportar à documentação fornecida pela ré para concluir, empiricamente, que "A autora tinha dentre suas atividades, a digitação, que conforme a documentação fornecida, era realizada em um posto de trabalho seguindo a ergonomia". Outro fator de imprestabilidade do laudo reside na negativa de vigência do art. 21-A, da Lei nº 8.213/91, que inseriu no ordenamento infortunístico o critério epidemiológico, modalidade de aferição etiológica que passou a integrar o rol das regras e normas utilizadas para que se estabeleça o nexo causal entre o trabalho e a doença em pacientes incapacitados para o trabalho por doença estatisticamente freqüente em seu ramo econômico, independentemente da emissão de CAT. Preliminar acolhida. (TRT/SP - 02393200205702006 - RO - Ac. 4ªT [20100143185](#) - Rel. WILMA NOGUEIRA DE ARAÚJO VAZ DA SILVA - DOE 12/03/2010)

PORTUÁRIO

Avulso

RECURSO DO 1º RECLAMADO ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA DO PORTO ORGANIZADO DE SANTOS - OGM. CHAMAMENTO AO PROCESSO. OPERADORES PORTUÁRIOS. A solidariedade é instituto relacionado ao direito material, estabelecido em benefício do credor, a quem é facultado cobrar de um ou

de alguns dos devedores solidários a totalidade da dívida. TRABALHADOR AVULSO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. A Constituição assegura em seu artigo 7º, inciso XXXIV, a isonomia de direitos entre o trabalhador avulso e o com vínculo de emprego. Avulso é aquele que presta serviços a diversos tomadores sem a formação de vínculo de empregatício, tendo como intermediador obrigatório o órgão gestor de mão de obra (OGMO), nos termos das Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993 e 9719/98, de 27 de novembro de 1998. Trata-se de relação que alternada e sucessivamente, se reitera com vários tomadores, adquirindo cada contratação contornos próprios e independentes em face da anterior. Portanto, observada a igualdade garantida na Constituição, impõe-se a aplicação do prazo prescricional, na proporção do tempo de duração de cada relação de trabalho declarando-se prescritos os direitos decorrentes de contratações que tenham se extinguido até o limite de dois anos antes da propositura da ação. (TRT/SP - 00333200744302003 - RO - Ac. 2ªT [20100160411](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 16/03/2010)

Normas de trabalho

PORTUÁRIO AVULSO. VALE-TRANSPORTE. COMPARECIMENTO ÀS "PAREDES". Os trabalhadores portuários avulsos têm direito ao vale-transporte, por força do art. 7º, XXXIV, da CF/88 e, quanto aos estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, também por disposição coletiva neste sentido. O direito ao benefício compreende o comparecimento às "paredes" (local, no cais do porto, onde os avulsos disputam vagas no trabalho portuário, invariavelmente às 19h) porque obrigatória a presença o avulso no local, sob pena de não obter o trabalho imprescindível ao sustento. Devido, assim, o benefício de forma dobrada, quando o avulso comparece à "parede" às 19h, e depois retorna para sua residência, para ingressar no trabalho no turno das 01h às 07h, exceto se ele já se encontrava no cais às 19h, em razão de término ou início de outro turno. Recurso obreiro a que se dá parcial provimento. (TRT/SP - 00737200944602008 - RO - Ac. 4ªT [20100160020](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 19/03/2010)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FATO GERADOR. JUROS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. O fato gerador das contribuições previdenciárias é o pagamento de parcelas remuneratórias decorrentes de condenação judicial ou acordo homologado, e não a prestação de serviços. Indevida a incidência de juros de mora e correção monetária sobre o crédito previdenciário, antes da intimação para o respectivo recolhimento ou antes do trânsito em julgado da sentença homologatória. (TRT/SP - 01815200346302001 - AP - Ac. 2ªT [20100172533](#) - Rel. JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES - DOE 12/03/2010)

Contribuição. Inexistência relação de emprego

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO. FATO GERADOR. JUROS E MULTA MORATÓRIOS. Cabendo ao Estado exigir o crédito e correspondendo, os contribuintes, aos sujeitos passivos de uma obrigação que, uma vez cumprida, lhes outorgará o direito de exigir contraprestação, na hipótese de acordo sem reconhecimento de relação de emprego, o fato gerador das contribuições previdenciárias, para efeito de apuração dos encargos moratórios previstos na Lei nº 8.212/1991, é o mês da

homologação, momento em que, diante da conduta omissiva, sedimenta-se a inadimplência da verba suscetível de tributação, independentemente de eventual parcelamento. Interpretação, com espeque no parágrafo 4º do art. 879 da CLT, sistemática dos artigos 195, I, a da Carta Magna; 142 do CTN, e 30, I, b e 43, parágrafo parágrafo 2º e 3º, estes nos moldes introduzidos pela Medida Provisória nº 449/2008 e, posteriormente, pela Lei nº 11.941/2009, todos da Lei de Custeio. (TRT/SP - 00792200802802002 - RO - Ac. 2ªT [20100189720](#) - Rel. MARIANGELA DE CAMPOS ARGENTO MURARO - DOE 19/03/2010)

Contribuição. Utilidades

"VALE-TRANSPORTE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. Em havendo rescisão do contrato de trabalho, o vale-transporte não pode mais ser concedido ao trabalhador. Por essa razão, tal benefício tem natureza indenizatória. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ACORDO JUDICIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho somente são cabíveis quando há assistência pelo Sindicato de classe, o que não é a hipótese dos autos. Em assim sendo, a parcela discriminada a título de honorários advocatícios corresponde a valor devido pela empresa ao reclamante, sendo certo que do montante de seu crédito será retirada a parcela destinada ao advogado que contratou. O pagamento direto ao patrono do reclamante pela reclamada no momento do acordo não tem o condão de modificar a natureza da referida verba, tendo-se como inválida a discriminação de parcela do acordo como honorários advocatícios, nos termos do parágrafo único, do art. 43, da Lei n. 8.212/91. Recurso ordinário a que se dá provimento parcial." (TRT/SP - 01740200738402005 - RO - Ac. 10ªT [20100062711](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 26/02/2010)

Recurso do INSS

"RECURSO DO INSS. PRESTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. MÊS DE COMPETÊNCIA. Não há se falar em apuração da contribuição previdenciária com acréscimo de juros e multa de mora desde o mês da prestação dos serviços, pois esse não é o momento da ocorrência do fato gerador, na medida em que a lei previdenciária apontou como fato gerador da contribuição o "pagamento". O art. 114, VIII, da CF apontou competir à Justiça do Trabalho a execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, "a", e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir, tendo esse dispositivo apontado que as empresas e/ou entidades a elas equiparadas por força de lei, devem recolher as cotas previdenciárias sobre as parcelas de natureza salarial pagas ou creditadas a qualquer título a quem tenha prestado serviços, vindo o art. 43 da Lei 8.212/91 para apontar ao juiz, determine o imediato recolhimento das importâncias devidas à Seguridade Social, quando, nas ações trabalhistas, resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, ou seja, naqueles casos em que verbas salariais/remuneratórias sejam objeto de quitação ao trabalhador e o art. 879, §4º, da CLT em combinação com o art. 276 do Decreto 3.049/99, que devem ser observados, para a atualização desses créditos, os critérios estabelecidos na legislação previdenciária, ou seja, recolhimento das importâncias devidas à seguridade social no dia 2 (dois) do mês seguinte ao da liquidação da sentença, sendo no mesmo sentido o art. 83 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho. Inaplicáveis, portanto, as regras a respeito contidas na IN 100/03 e IN SRP 3/05 em sentido contrário apontam constituir-se o tributo com o exercício de atividade remunerada." (TRT/SP

- 00239200703202008 - RO - Ac. 10ªT [20100174692](#) - Rel. SÔNIA APARECIDA GINDRO - DOE 19/03/2010)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Securitário

Corretor de seguros. Fraude. Ausência de óbice legal ao reconhecimento do vínculo empregatício. Prevalência do contrato realidade. A demonstração de que os serviços prestados se revestiram dos pressupostos exigidos no artigo 3º da CLT, à vista da presença marcante do elemento subordinação, faz sucumbir a tentativa patronal de desvirtuar essa realidade fática, através de uma contratação de natureza civil firmada com empresa de titularidade do reclamante, constituída mediante o oferecimento de recursos financeiros pela empresa contratante, destinado à prestação de serviços autônomos na área de corretagem de seguros. Decerto, essa formalidade, de aparência civilista, utilizada para induzir à uma situação jurídica alheia aos fatos concretos, gera presunção meramente relativa e que perde substância ao enfrentar elementos persuasivos à convicção do julgador sobre a ocorrência de prestação de serviços pessoal, onerosa, contínua e principalmente subordinada. Trata-se da preponderância das normas trabalhistas de ordem pública e caráter cogente, terreno no qual não vingam eventuais manobras destinadas a manter o empregado à margem da proteção legal (art. 9º da CLT). Nesse contexto de declarada fraude, não há falar na existência de óbice legal ao reconhecimento do vínculo empregatício, porquanto, inaplicáveis as disposições contidas na Lei 4.594/64 (art.17). (TRT/SP - 02058200708402005 - RO - Ac. 9ªT [20100195312](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 19/03/2010)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

BENEFÍCIO DE ORDEM. DEVEDOR SUBSIDIÁRIO. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. INSS RELATIVO À COTA-PARTE DO EMPREGADOR. Em razão do princípio de que a pessoa jurídica possui personalidade jurídica distinta e autônoma em relação aos sócios que a compõem, o exaurimento patrimonial em relação à devedora principal autoriza o imediato prosseguimento da execução em relação à devedora subsidiária, todas na qualidade de pessoa jurídica. Somente quando esgotados os meios de execução perante a pessoa jurídica (seja devedora principal ou subsidiária), é que há autorização legal para que os bens dos sócios sejam executados, observada também a ordem de subsidiariedade (artigo 596, caput, do CPC). A condenação subsidiária da tomadora baseia-se no fato de que se beneficiou direta e imediatamente do serviço prestado, para consecução de seu objeto social, como empresa, devendo, portanto, responder pelos débitos trabalhistas respectivos, cujos contornos jurídicos que caracterizam sua origem permanecem mantidos. A assunção da responsabilidade não altera a natureza jurídica sob a qual a obrigação se originou. Sendo assim, não pode a executada opor exceções pessoais, com o argumento de ser pessoa jurídica de direito público, já que as obrigações tiveram origem sob o regime de direito privado. A Fundação responde, assim, pela cota previdenciária patronal relativa à devedora principal, remanescendo-lhe eventual possibilidade de remição ou ação de regresso contra a prestadora pelo prejuízo sofrido. (TRT/SP - 00089200329102002 - AP - Ac. 4ªT [20100131438](#) - Rel. PAULO AUGUSTO CAMARA - DOE 12/03/2010)

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O fundamento para a responsabilidade subsidiária inspira-se no princípio do artigo 455 da CLT, que consagra no Direito do Trabalho a responsabilidade subsidiária pela implementação dos créditos do empregado por quem foi o destinatário final dos seus serviços (item IV da Súmula nº 331/TST), pois, ainda que legítima a terceirização, o tomador responde subsidiariamente pelos créditos do empregado, não só com amparo na culpa "in eligendo", mas deslocando-se daí, também, para a idéia de risco. Aquele que se serve da atividade alheia e dela auferir benefícios responde pelos riscos que expõe a quem presta os serviços, devendo reparar o dano causado (teoria do risco-proveito). No caso dos autos, em que a tomadora de serviços faz parte da administração pública direta da União, esse entendimento encontra respaldo constitucional no artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal, que consagra a responsabilidade objetiva de ente da Administração Pública pelos danos decorrentes do ato administrativo que tenha praticado, no caso, a contratação de empresa que se revelou inidônea. (TRT/SP - 00006200700302000 - RO - Ac. 2ªT [20100086718](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 26/02/2010)

ILEGITIMIDADE DE PARTE. Possui legitimidade para responder a ação a reclamada indicada como responsável subsidiária por eventual condenação, em face do trabalho prestado em seu favor. **RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO.** A Colenda Corte já firmou o posicionamento no sentido de que "o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial" (Súmula 331, item IV). **RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ABRANGÊNCIA.** O reconhecimento da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas não adimplidas pelo devedor principal, inclusive os encargos previdenciários e fiscais incidentes, mormente se não comprovada de forma eficaz a oportuna quitação. **JUROS DE MORA.** O reconhecimento da responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas devidas pelo devedor principal, que têm origem no contrato do trabalho, inclusive os juros incidentes sobre a condenação. (TRT/SP - 00781200403202008 - RO - Ac. 2ªT [20100160128](#) - Rel. LUIZ CARLOS GOMES GODOI - DOE 18/03/2010)

REVELIA

Advogado presente

Preposto. Atraso ínfimo. Confissão. Aplica-se a revelia e a confissão àqueles que se furtam ao chamamento judicial, revelando-se negligentes e desinteressados. Nesse contexto, não se configura a confissão quando o preposto comparece com atraso ínfimo de apenas 02 (dois) minutos, já estando presente seu procurador, portando defesa e documentos. (TRT/SP - 00549200821102009 - RO - Ac. 3ªT [20100178434](#) - Rel. SILVIA REGINA PONDÉ GALVÃO DEVONALD - DOE 19/03/2010)

SALÁRIO-UTILIDADE

Alimentação (em geral)

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. PAGAMENTO DURANTE OS AFASTAMENTOS. CABIMENTO. Para que o benefício pudesse ser estendido aos períodos de

afastamento da obreira, deveria ter natureza salarial, retributiva, configurando salário 'in natura'. O auxílio-alimentação e o auxílio cesta alimentação têm natureza indenizatória, já que não são vantagens concedidas por força do contrato de trabalho, mas, sim, importâncias dadas através de vales ou tickets, previstas em normas coletivas de vigência temporária, com nítido caráter de ajuda de custo consoante ditames do art. 457, "parágrafo 2º da CLT". (TRT/SP - 00879200905102008 - RO - Ac. 4ªT [20100084901](#) - Rel. IVANI CONTINI BRAMANTE - DOE 26/02/2010)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS RELATIVAS A EMPREGADOS NÃO ASSOCIADOS. Indevida a cobrança da contribuição referida, inobstante a sua previsão em instrumentos normativos, pois tais cláusulas só poderiam surtir efeitos aos empregados que, comprovadamente, autorizassem o desconto em suas folhas de pagamento, por se tratar de contribuição convencional e não legal (artigo 462 da CLT); entendimento inverso feriria o direito à plena liberdade de associação e de sindicalização, princípios estes previstos no artigo 5º, inciso XX, e artigo 8º, inciso V da Constituição Federal. (TRT/SP - 01311200703602000 - RO - Ac. 2ªT [20100086777](#) - Rel. ODETTE SILVEIRA MORAES - DOE 26/02/2010)

SINDIFAST. CONTRIBUIÇÕES. DÚVIDA RAZOÁVEL ACERCA DA REPRESENTAÇÃO. PREVALÊNCIA DO SINDICATO MAIS ANTIGO NO SETOR. Há indícios já detetados por esta Justiça, de que a constituição do SINDIFAST se deu com o objetivo de subtrair empresas do setor à atuação do SINTHORESP que detém o munus representativo histórico da categoria, o que não se pode admitir. Ainda que a moderna tendência seja a de prestigiar a chamada autonomia privada coletiva, a atuação dos sindicatos deve se dar em consonância com os fins a que se destinam essas entidades e sob a égide das normas constitucionais as quais não podem tangenciar ou afrontar. A teor do disposto no art. 513 alínea a, da CLT e inciso III do artigo 8º da Constituição Federal, aos sindicatos incumbe a defesa dos direitos interesses individuais e coletivos das respectivas categorias, e não a destruição do patrimônio jurídico dos representados. E nesse sentido, a atuação do sindicato recém-criado não se amolda àquilo que se espera de uma entidade que supostamente veio à luz para destinam essas entidades e sob a égide das normas constitucionais as quais não podem tangenciar ou afrontar. A teor do disposto no art. 513 alínea a, da CLT e inciso III do artigo 8º da Constituição Federal, aos sindicatos incumbe a defesa dos direitos interesses individuais e coletivos das respectivas categorias, e não a destruição do patrimônio jurídico dos representados. E nesse sentido, a atuação do sindicato recém-criado não se amolda àquilo que se espera de uma entidade que supostamente veio à luz para melhor representar uma categoria mais específica. Isto porque as convenções e acordos coletivos com ela firmados apresentam gritante redução da condição social dos trabalhadores, notadamente com rebaixamento do piso salarial em confronto com aquele mantido pelo sindicato tradicional. Ademais, a realidade informa que não existe diferenciação apta a promover tal cisão de base, quando se trata da profissão dos empregados em restaurantes, bares, lanchonetes, fast food, cafés ou assemelhados: eles se constituem em cozinheiros, chapeiros, maitres, garçons etc, qualquer seja o modo de preparação do alimento, ou a forma de serviço. Tanto assim é, que sequer se cogita da cisão do sindicato patronal, para abranger apenas as empresas fornecedoras de refeições rápidas, o que faz

evanescer o indispensável contraponto representativo entre entidade profissional x entidade econômica. Considerando a existência de dúvida razoável acerca da legitimidade de representação do novo sindicato, privilegia-se a anterioridade da representação pela entidade de classe mais antiga no setor. Por tais razões revejo posição anterior para declarar indevidas as contribuições pretendidas ao sindicato-recorrente. Sentença mantida. (TRT/SP - 02312200807602001 - RO - Ac. 4ªT [20100085711](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 26/02/2010)

Enquadramento. Em geral

I - Usiminas. Enquadramento sindical. A atividade preponderante da Usiminas é a indústria siderúrgica. A exploração de terminal privativo é atividade acessória aos seus objetivos, não suficiente a enquadrá-la como operador portuário, razão pela qual não é representada pelo Sindicato dos Operadores Portuários nem deve obediência as normas coletivas entabuladas por esse sindicato. II - Honorários advocatícios. A jurisprudência uniforme do TST (Súmula 329) mantém atual o jus postulandi assegurado pelo art. 791 da CLT. Sob esse sentido, a contratação de advogado representa uma opção do autor que detém a capacidade postulatória. De modo que não se poderia, pelo exercício dessa faculdade, atribuir ao litigante vencido o pagamento das despesas desnecessárias assumidas pelo vencedor. (TRT/SP - 00278200925202008 - RO - Ac. 6ªT [20100145285](#) - Rel. RAFAEL EDSON PUGLIESE RIBEIRO - DOE 17/03/2010)